

## mercado coronavírus

# Bolsonaro assopra Guedes

Gov. e Congresso fazem cerimônia de culto ao teto de gastos, mas problema continua

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Jair Bolsonaro, Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre juntaram-se para um breve culto do teto de gastos e para dar uns tapinhas nas costas do ministro da Economia, Paulo Guedes, estressado por debandadas várias. Sabe-se lá o que sairá de prático das reuniões e do pronunciamento da noite desta quarta-feira (12). No que vale prestar atenção:

1) se a conversa fosse para valer, não haveria dinheiro para um Renda Brasil, o Bolsa Família gordo que Bolsonaro quer chamar de seu na eleição de

2022; 2) Maia disse que na reunião do Alvorada houve um compromisso de regulamentar os gatilhos do teto. Parece um tédio infinito, mas é coisa grande — mais sobre isso adiante; 3) Alcolumbre disse que a retomada (pós-pandemia) tem de ter “responsabilidade fiscal e social”.

Além de Bolsonaro, Maia (presidente da Câmara), Alcolumbre (presidente do Senado) e Guedes, na reunião estavam também os ministros “fura-teto” (no dizer de Guedes), Tarcísio de Freitas (Infraestrut

tura) e Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional), além de líderes do governo no Congresso e do centrão.

“Regulamentar os gatilhos do teto” significa colocar na Constituição e em leis que a despesa federal vai ser cortada dessa e daquela maneira, obrigatoriamente, quando o gasto chegar ao limite constitucional. No final do ano passado, o governo enviou ao Congresso uma PEC para regulamentar esse talho, que vigoraria imediatamente, dada a situação das contas públicas.

O que aconteceria? Salários e jornada de servidores federais seriam cortados em até 25%; seriam proibidos reajustes, promoções, concursos etc. Seria proibido criar despesa obrigatória, o que inclui reajuste de salário mínimo e aposentadorias acima da inflação. Um programa de Renda Básica teria de ser inventado antes disso, portanto.

Quando ao programa de Renda Básica, ora não há dinheiro, dados os limites do teto. Suponha-se que o Bolsa Família passe a atender 19 milhões

de famílias (hoje são 14,3 milhões) com um benefício médio de R\$ 232 (atualmente de R\$ 190), como previa o governo também no final de 2019.

A fim de bancar apenas essa despesa, seria necessário dar fim ao abono salarial de um salário mínimo por ano para quem ganha até dois mínimos e do seguro-desemprego (seguro de desemprego sazonal para pescadores). Já seria um problema enorme. Alguns dinheiros poderiam vir do fim de alguns subsídios tributários, poucos, ou do talho final da despesa em obras, inviável.

Mas lá no Alvorada estava Alcolumbre a falar de “responsabilidade social”. Estava o centrão, do qual depende o pescoço de Bolsonaro. O que vai sair disso, politicamente?

Depende da eleição do comando de Câmara e Senado; da popularidade de Bolsonaro; do que vai ser a economia

depois de setembro, por aí.

Por ora, o culto do teto deve dar uma acalmada “no mercado”. Mas há empresários “fura-teto” na construção civil e entre seus fornecedores, que querem obras, em especial de casas populares, para o que não há dinheiro, dado o teto de gastos. Além do mais, no Congresso alguém vai pelo menos pensar em uma gambiarra para acomodar todos esses interesses: de Bolsonaro, da finança, dos “fura-teto”, da renda básica etc.

Em resumo, o jogo continua. Houve uma parada para o massagista passar uma agulha em Paulo Guedes, que deu um grito de Neymar caído no gramado, e para o juiz olhar no VAR se houve impedimento no ataque ao teto. A primeira grande jogada acontece até o fim do mês, quando o governo manda ao Congresso o projeto de Orçamento de 2021. [vinicius.torres@grupofolha.com.br](mailto:vinicius.torres@grupofolha.com.br)

# Supermercado, eletrodoméstico e móveis voltam a nível pré-crise

Vendas no varejo se recuperam, mas de forma desigual entre os setores

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Com a flexibilização do distanciamento em grande parte do país, o comércio teve o segundo mês consecutivo de alta em junho e já recuperou o patamar verificado em fevereiro, antes da pandemia. Ainda assim, fecha o primeiro semestre com o pior resultado desde 2016.

De acordo com o IBGE, as vendas do varejo no país subiram 8%, após avanço recorde de 13,9% em maio. Com os dois meses de alta, o setor fechou o mês 0,1% acima do registrado em fevereiro.

A retomada do nível anterior, porém, foi puxada pelas vendas dos supermercados, que representam 52,8% do indicador. “Esse movimento tem de ser relativizado, pois o crescimento das vendas foi muito desigual”, diz o gerente da pesquisa, Cristiano Santos.

Além dos supermercados, outras duas atividades voltaram ao nível pré-crise: material de construção e móveis e eletrodomésticos. Mas todos os outros segmentos continuam bem abaixo. Um dos mais atingidos, tecidos, vestuários e calçados, ainda tem vendas 45,8% menores que fevereiro.

O gerente do IBGE destacou também que o nível de fevereiro já era baixo. No primeiro bimestre de 2020, as vendas do varejo brasileiro recuaram 1% em relação ao registrado no fim de 2020. Em 2020, o varejo acumula recuo de 3,1%.

Comércio registra alta de 8% em junho e tem segundo mês seguido de recuperação

Vendas no varejo em relação ao mês anterior



Variação por atividade

Atividade	Em %	Em relação a maio	Em relação a jun.19
Combustíveis e lubrificantes	5,6	5,6	-16,3
Hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	0,7	0,7	6,4
Tecidos, vestuário e calçados	53,2	53,2	-44,5
Móveis e eletrodomésticos	31	31	25,6
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	-2,7	-2,7	7
Livros, jornais, revistas e papelaria	69,1	69,1	-39,5
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	22,7	22,7	-10
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	26,1	26,1	4,4
Veículos e motos, partes e peças	35,2	35,2	-13,7
Material de construção	16,6	16,6	22,8

Fonte: IBGE

O chamado varejo ampliado, que inclui as vendas de automóveis, cresceu 12,6% em relação a maio, mas registra queda de 0,9% em relação a junho de 2019.

No semestre, as vendas no varejo registram queda de 5,2% em relação ao semestre anterior, abaixo apenas dos 6,9% do primeiro semestre de 2016, quando o Brasil vivia fortes impactos da reces-

são. As vendas no setor estão 4,8% abaixo do melhor nível da série, que ocorreu em outubro de 2018.

“Estamos longe do melhor [momento do setor], mas estamos no mesmo nível pré-crise”, disse o gerente do IBGE. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, as vendas do varejo fecharam de junho em alta de 0,5%.

Para Santos, a adaptação ao

comércio eletrônico e o auxílio emergencial ajudaram na recuperação das atividades que já retomaram o nível anterior. “As pessoas estão passando mais tempo em casa, entendendo as necessidades, e pode ser que essa renda do auxílio acabe virando consumo e não poupança.”

A única atividade que registrou queda em junho, na comparação com o mês an-

terior, foi artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (-2,7%), que não sofreu tanto os efeitos da pandemia.

Por outro lado, as maiores altas se deram em livros, jornais, revistas e papelarias (69,1%), tecidos, vestuário e calçados (53,2%), móveis e eletrodomésticos (31%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (26,1%).

Com a retomada das vendas, a CNC revisou suas projeções de queda nas vendas em 2020, que passaram de 6,3% para 4,7%. No varejo ampliado, que inclui as vendas de automóveis, o número passou de 9,2% para 6,9%.

Para a entidade, a menor adesão ao distanciamento social e o auxílio emergencial ajudaram a melhorar o desempenho do setor. “A extensão do benefício, nos moldes atuais, até dezembro também poderá acelerar o processo de recuperação das vendas”, defendeu o presidente da CNC, José Roberto Tadros.

A CNC estima que, entre em março e julho, os prejuízos do comércio tenham sido de R\$ 286,4 bilhões. O setor, porém, tem apresentado perdas menos intensas nos últimos meses. Em julho, foram quase R\$ 10 bilhões a menos que os R\$ 54,6 bilhões de junho.

Junho marcou a reabertura do comércio de rua em São Paulo, principal mercado do país, medida que era vista pela indústria como uma das principais esperanças de retomada após o tombo recorde registrado no início da crise.

Respondendo à retomada das vendas na ponta, a indústria registrou crescimento de 8,9% naquele mês, também o segundo mês seguido de alta. Principal motor da economia brasileira e ainda sem sinais de recuperação, o setor de serviços terá o resultado de junho divulgado nesta quinta (13).

## Indústria de bebidas e alimentos fatura mais no 1º semestre

Fernanda Perrin

SÃO PAULO O faturamento da indústria de alimentos e bebidas subiu 0,8% no primeiro semestre em comparação com igual período de 2019, segundo balanço divulgado nesta quarta (12) pela Abia, associação que representa o setor.

A expansão do varejo alimentar e o aumento das exportações puxaram a alta mesmo num cenário econômico de crise provocada pela pandemia.

Em comparação com o primeiro semestre do ano passado, as exportações cresceram 12,8% em valor, alcançando US\$ 17,6 bilhões. Com essa expansão, o peso do setor na balança comercial passou de 50,5% para 68,2% na comparação entre os semestres.

Os produtos que registraram a maior alta foram carnes (11,9%), óleos e gorduras (30%) e açúcares (48%). O principal destino foi a China — a receita das vendas para o país asiático cresceu 95,6% no primeiro semestre.

Com isso, a participação da China nas exportações brasileiras passou para 20,3%. Em segundo lugar vem a União Europeia, com participação de 15,5%, e, em terceiro, o Oriente Médio, que responde por 10,8% das exportações.

Em relação ao mercado interno, as restrições impostas pelo distanciamento social impulsionaram o consumo dentro de casa, explicando o bom desempenho do setor. O valor das vendas no varejo subiu 12,2%, para R\$ 207,2 bilhões.

Em termos de produção, houve alta de 22,6% na de açúcar, 3,9% de óleos vegetais e 1,9% de carnes.



## ENEL TEM FILAS MESMO COM PARCELAMENTO AUTOMÁTICO DA CONTA DE LUZ

Tempo médio de espera na manhã desta quarta-feira (12) era de duas horas; na véspera, distribuidora e Procon-SP assinaram termo para parcelamento automático das contas que sofreram aumento durante o distanciamento social. Fábio Munhoz/Folhapress

## Auxílio faz a diferença e deveria ser mantido, afirma setor têxtil

RIO DE JANEIRO O presidente da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil), Fernando Pimentel, defendeu nesta quarta (12) a manutenção de algum tipo de auxílio financeiro pelo governo, mesmo que em valores menores do que os R\$ 600 atuais, para que o ritmo de recuperação da economia após a pandemia não seja quebrado.

“O auxílio emergencial está fazendo toda a diferença”, disse o executivo.

A indústria têxtil foi uma das mais afetadas e, mesmo com recuperação da demanda entre maio e junho, as vendas de produtos de vestuário ainda estão 45,8% abaixo do volume registrado em fevereiro, último mês antes da pandemia.

“Está havendo uma recu-

peração. No entanto, não podemos dar como dada essa recuperação porque ela está se dando muito mais em segmentos influenciados pelo auxílio emergencial”, comentou Pimentel. “Há uma grande interrogação de como vai ser a saída dessa ajuda de R\$ 600 por mês, que está injetando na economia mais de R\$ 50 bilhões por mês.”

O setor chegou a operar com 30% da capacidade, com produção mais focada no segmento médico hospitalar, movimento que já gerou cerca de 70 mil demissões após a pandemia. Com a retomada dos pedidos, o uso da capacidade dobrou e está hoje em 60%. A expectativa é que, se o quadro for mantido, esse número chegue a 75% até o fim do ano. NP